

DESTAQUES



Fórum Mais Segurança reúne especialistas para discutir o enfrentamento à criminalidade
Páginas 4 e 5



Promotor Vercilei Lino Serena é homenageado em Soledade, após 30 anos de atuação na Comarca
Página 13



Reforma do Ginásio Poliesportivo promove integração e amplia acesso dos associados Contracapa

106 **Jornal Réplica** 75 ANOS

ANO 35 • JUNHO 2017

FABIANO DALLAZEN É O NOVO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA



EDITORIAL

Nossa força é a união

A eleição e a posse do novo procurador-geral de Justiça, Fabiano Dallazen, são destaques obrigatórios desta edição do Jornal Réplica. A cerimônia de posse do novo PGJ, realizada no dia 9 de junho, coroou um processo eleitoral marcado por um profícuo debate e reflexão em relação aos rumos do Ministério Público do Rio Grande do Sul. O pleito renovou o discurso e o compromisso institucional na atuação com foco na prestação de um serviço público crescente em qualidade e na defesa do Ministério Público. O novo chefe da Instituição pode contar com o apoio e a parceria da AMP/RS. Mas sabe, também, que nossa relação seguirá marcada pela postura independente e transparente da AMP/RS em defesa dos interesses dos associados.

O fortalecimento do Ministério Público ante a sociedade e enquanto órgão fiscalizador é primordial neste momento de ebulição política pelo qual passa o País. Por isso, a AMP/RS permanecerá atenta e empenhada, ao lado de outras entidades representativas de carreiras jurídicas e da CONAMP, na defesa dos interesses da sociedade e das instituições republicanas. Continuaremos acompanhando de perto as movimentações no Congresso Nacional, que, lamentavelmente, tem em sua composição uma parcela de parlamentares trabalhando com o propósito de aprovar projetos nocivos à sociedade e com impacto restritivo sobre a atuação do sistema judiciário. É preciso mostrar aos parlamentares a importância de fazerem jus aos votos recebidos dos eleitores e se posicionarem de acordo com a vontade soberana do povo.

Permaneceremos vigilantes e atuantes nesta caminhada em defesa dos interesses da nossa classe e da sociedade gaúcha, fortalecidos, ainda mais, pela legitimidade da nossa instituição, que sai vigorada de mais um processo eleitoral democrático, transparente e vitorioso para todos os integrantes do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

EXPEDIENTE

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL AMP/RS

PRESIDENTE

Sérgio Hiane Harris

VICE-PRESIDENTES

Martha Silva Beltrame

João Ricardo Santos Tavares

Andréa Almeida Machado

Antonio Carlos Paiva Hornung

DIRETOR DO JORNAL RÉPLICA

Mário Cavalheiro Lisbôa

COORDENAÇÃO E EDIÇÃO

Claudio Medaglia Jr. (MTb 7608)

imprensa@amprs.org.br

TEXTOS

Letícia Vargas e Claudio Medaglia Jr.

FOTOS

AMP/RS, Pg Alves/MPRS e
Juliana Campêlo/CONAMP

DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA AOS INTEGRANTES DA AMP/RS

Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501

CEP 90050-191, Porto Alegre/RS

(51) 3254.5300, www.amprs.org.br

PROJETO GRÁFICO E EXECUÇÃO

Publicato Editora Ltda.

DIRETOR DE CRIAÇÃO E ARTE

Vitor Mesquita

DIRETORA DE CRIAÇÃO E ATENDIMENTO

Andréa Costa

andrea@publicato.com.br

IMPRESSÃO DE 1300 EXEMPLARES

Gráfica Ideograf

INTEGRAÇÃO

Semanas do MP movimentam o Interior

O calendário das Semanas do Ministério Público, promovidas pela AMP/RS em parceria com a comunidade acadêmica de todo o Estado, movimenta, a cada ano, milhares de estudantes de Direito e profissionais de carreiras jurídicas. A programação de 2017 já ocorreu em Sobradinho e em São Gabriel, em associação com as unidades locais da UNISC e da URCAMP, respectivamente.

Em Sobradinho, a atividade aconteceu nos dias 17 e 18 de maio. A promotora de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre Ivana Battaglin falou sobre **Violência de Gênero**, fazendo uma recuperação histórica acerca das violações contra mulheres ao longo dos séculos. Ela defende que a associação dos papéis de gênero (homem aguerrido e provedor e mulher meiga e submissa) é uma imposição cultural e não da natureza humana.

Já o coordenador do Núcleo de Inteligência do MP gaúcho, Diego Rosito de Vilas, abordou **A Experiência da Investigação pelo MP**. Ele mencionou algumas das dificuldades no combate a esse tipo de crime e tratou da necessidade de utilização de múltiplas técnicas de investigação no controle penal da corrupção.

Em São Gabriel, entre os dias 6 e 8 de junho, no Campus 2 da URCAMP, a atividade foi aberta com o promotor do Júri da Capital Eugênio Paes Amorim, que, ao falar sobre o **Tribunal do Júri e a Soberania Popular Direta**, fez um resgate histórico do expediente do júri, passando por seus procedimentos, audiências de instrução, atuação em plenário, debates e competência. "O júri surgiu como uma garantia ao réu. Hoje, porém, é instrumento de soberania popular, com participação direta do povo no julgamento de crimes. Mais do que direito do réu, o júri é um direito da sociedade", disse.

O promotor Luciano Alessandro Winck Gallicchio abordou o tema **Sistema Penal e Sistema Socioeducativo**. O promotor Leonardo Giardin de Souza ministrou a palestra **Decifrando a Esfinge do Garantismo Penal**, enquanto o colega Diego Pessi tratou do tema **Sociedade Amordaçada e Democracia Brasileira**.

AGENDE-SE:

No segundo semestre, já estão agendadas as Semanas do MP do Litoral Norte, de 14 a 16 de agosto, em Torres, e de Santa Cruz do Sul, de 30 de agosto a 1º de setembro. Participe.



Os promotores Ivana Battaglin (acima) e Eugênio Paes Amorim (ao lado) foram alguns dos destaques dos encontros realizados em Sobradinho e São Gabriel

ARTIGO

Ponderação e princípios



CASSIANO PEREIRA CARDOSO

Promotor de Justiça
Mestre em Argumentação Jurídica pela
Universidade de Alicante, Espanha

As duas formas básicas de aplicar as normas são a subsunção de regras e a ponderação de princípios. A ponderação tem especial importância, porque muitos dos direitos fundamentais são previstos em normas dessa espécie (a polêmica sobre serem os direitos fundamentais princípios ou regras não será aqui tratada). Em torno da ponderação se travam muitas discussões teóricas, com repercussão não só na prática jurídica como na própria teoria do Direito e na compreensão do constitucionalismo contemporâneo.

Essas discussões giram em torno da aceitabilidade menor ou maior da ponderação como método de aplicação das normas jurídicas (dos princípios), sob o empuxo contrário dos vetores segurança e justiça. Ou seja, muito resumidamente, para os críticos, os princípios e a ponderação implicariam maior insegurança jurídica, irracionalidade e subjetivismo na aplicação do Direito, ativismo judicial indevido, além de risco à separação dos poderes, ao princípio democrático e ao princípio da legalidade, entre outros. Para os defensores, os princípios e a ponderação contribuiriam para a realização do Direito justo, a compreensão do Direito

como prática social guiada por valores e a redução do formalismo na prática jurídica.

Aceitar que os princípios são um tipo específico de norma, com estrutura e função distintas das regras, implica acolher alguma forma de ponderação. Como quer que se venha a posicionar nessa controvérsia, é importante demarcar corretamente o que propõe a visão padrão do principialismo, evitando-se pseudodesacordos e polêmicas inúteis. A seguir são mencionados alguns dos aspectos mais importantes dessa concepção, colhidos em autores como Manuel Atienza, Juan Ruiz Manero e Robert Alexy.

Em primeiro lugar, não se aplicam os princípios diretamente ao caso concreto. A ponderação se opera em duas fases: na primeira, constata-se a colisão de princípios, determina-se a relação de precedência entre eles, a partir das circunstâncias específicas do caso examinado, e constrói-se uma regra geral (ponderação propriamente dita). Na segunda fase, aplica-se, por meio da subsunção, a nova regra ao caso analisado. Por exemplo, no conflito entre a liberdade de informação e de expressão, de um lado, e o direito à honra, à intimidade e à própria imagem, de outro, pode-se estabelecer que, se nas circunstâncias se apresentam uma pessoa ou um assunto de relevância pública, se as informações são verídicas ou bem fundamentadas e se não se empregam termos ou expressões injuriosas, deve prevalecer o primeiro grupo de princípios. O aspecto mais relevante consiste em realçar que o resultado da ponderação deve ser uma regra, universalizável a casos semelhantes, não uma norma individual. Ou seja, ocorrido, no futuro, o mesmo tipo de circunstâncias que determinaram a preferência por um princípio, a solução normativa deve ser a

mesma, evitando-se o casuísmo no uso da ponderação.

Segundo, só se recorre à ponderação de princípios em casos difíceis, ou seja, quando as regras do sistema não fornecem nenhuma resposta (lacuna normativa) ou uma resposta adequada (lacuna axiológica) ao problema jurídico. Neste último caso, pode ocorrer um desajuste entre o estabelecido pela regra e suas razões justificativas subjacentes (seus propósitos), o que justifica o estabelecimento de exceções, seja porque a regra alcança mais situações do que deveria (sobreinclusão), seja porque ocorre o contrário (infrainclusão). Outro tipo de desajuste relacionado à lacuna axiológica, se não superado pela interpretação, pode ocorrer entre as razões justificativas subjacentes da regra e os princípios e valores do ordenamento, com a possível consequência da invalidação parcial ou total. Portanto, aqui importa advertir que o recurso à ponderação para a solução de problemas jurídicos deve ocorrer excepcionalmente, na falta de regra válida aplicável.

Não faz sentido escolher entre regras e princípios, sendo manifesto que uma teorização adequada do constitucionalismo contemporâneo deve incluir essas duas formas básicas de enunciados jurídicos, com suas correspondentes formas de aplicação, sob pena de se incorrer em uma considerável distorção de nossas práticas jurídicas.

Terceiro, a ponderação, na sua fórmula mais conhecida, proposta por Robert Alexy, baseia-se no princípio da proporcionalidade, por sua vez composto de três subprincípios: idoneidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito. Este último compõe-se de três elementos: a lei da ponderação, a fórmula do peso e as cargas da argumentação. Não cabe aqui uma análise desse método, mas, sim, afirmar que ele existe e, a despeito da sua falsa conotação matemática, propicia um roteiro bastante razoável e controlado de manejo dos princípios.

A ponderação, corretamente compreendida, pode constituir um procedimento argumentativo racional, mas, como qualquer instrumento conceitual, pode ser mal aplicada. Pode ela ser reconstruída a partir de uma forma lógica, mais complexa que a da subsunção, mas nela operam outros fatores igualmente ou até mais importantes, como a atribuição do peso aos elementos da comparação. De qualquer sorte, as exigências estritas de racionalidade que se utilizam para criticar a ponderação tampouco salvariam a subsunção das mesmas críticas. Muito pior, contudo, é desconhecer o fenômeno dos princípios e da ponderação e aferrar-se a um modelo exclusivo de regras, que, não podendo dar conta do fenômeno da lacuna, abandona os problemas jurídicos à irracionalidade, ao arbítrio judicial e ao ceticismo valorativo.

Por fim, cabe observar que não faz sentido escolher entre regras e princípios, sendo manifesto que uma teorização adequada do constitucionalismo contemporâneo deve incluir essas duas formas básicas de enunciados jurídicos, com suas correspondentes formas de aplicação, sob pena de se incorrer em uma considerável distorção de nossas práticas jurídicas.

ESPECIAL

II Fórum Mais Segurança debate a criminalidade



A parceria entre a AMP/RS e a ONG Brasil Sem Grades mostrou-se novamente exitosa ao promover a reflexão e o debate sobre a segurança pública no Estado. Contando com a presença de autoridades e de duas centenas de pessoas na plateia, o II Fórum Mais Segurança: impunidade gera criminalidade ocorreu no dia 8 de maio, no Memorial do Ministério Público, e confirmou as expectativas dos organizadores.

Várias autoridades prestigiaram os debates. Entre elas, parlamentares federais, estaduais e municipais, autoridades da segurança pública do Estado, membros do MP, servidores do Estado e do Município e membros da sociedade civil.

O primeiro painel, intitulado **A progressão de pena é para todos?**, teve a participação da psiquiatra forense Vivian Day, do juiz de Direito do Tribunal do Júri de Porto Alegre Orlando Faccini Neto e mediação do presidente da AMP/RS, Sérgio Harris. Em sua fala, Vivian analisou o perfil psicológico dos prisioneiros e o quanto as patologias mentais influenciam no comportamento violento. Já o juiz Faccini discorreu sobre "o quanto" e "o como" se prende no Brasil, concluindo que há uma falência no sistema progressivo de pena.

O segundo painel, **Caminhos para a segurança pública**, foi mediado pela vice-presidente da AMP/RS Martha Beltrame e teve a participação do ex-secretário de Segurança Pública do RJ, José Mariano Beltrame e do mestre e PhD em Administração Luiz Marcelo Berger. Beltrame afirmou que o Estado perdeu a capacidade de atender ao cidadão. Para ele, não haverá avanços na segurança se o Poder

Público não investir em estrutura para o cárcere e selecionar e monitorar o comportamento dos apenados em progressão de regime.

Luiz Marcelo Berger defendeu que o enfrentamento à criminalidade deve ser encadeado, atacando as diferentes etapas da formação do criminoso. Para Berger, a ressocialização do transgressor só acontece quando ele próprio deseja isso. Segundo o pesquisador, o sistema de educação no Brasil, de baixíssima qualidade, tem enorme repercussão na questão da criminalidade.

Encerrando o Fórum, o consultor de segurança e ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais do RJ Rodrigo Pimentel, mostrou-se convicto de que a impunidade estimula o cometimento de crimes. Ele fez relatos sobre a atuação das polícias civil e militar do RJ que, em sintonia com o governo, reduziu a criminalidade, especialmente com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas principais favelas da capital fluminense.



"É preciso investir em estrutura para o cárcere e também selecionar e monitorar o comportamento dos apenados em progressão de regime. Fazer ambos pela metade não é avanço algum. É necessário unir instituições e forças, nos seus melhores potenciais. Penso que o Exército pode ajudar no combate ao crime organizado. Se necessário mudar a legislação para que isso seja possível, mude-se".

JOSÉ MARIANO BELTRAME
Consultor, ex-secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro



"O II Fórum Mais Segurança colocou em debate qualificado a questão da violência urbana e do crime organizado, fatores que impedem o crescimento e a evolução da sociedade. Para enfrentar o desafio de diminuir os índices de violência, precisamos refletir sobre o sistema de justiça e sua ineficácia. É nosso papel promover e participar dessa discussão, considerando, ainda, o fato de que o Congresso Nacional está disposto a revisar o principal instrumento de realização da justiça penal: o Código Penal Brasileiro".

JOÃO RICARDO SANTOS TAVARES
Vice-presidente de Núcleos da AMP/RS





“Quando afirmamos que queremos um Brasil sem grades é porque queremos acabar com as grades que cercam as nossas casas, maneira que a sociedade arranhou para conviver com a criminalidade. Precisamos enfrentar as causas da criminalidade descobrindo, primeiramente, por onde se começa”.

LUIZ FERNANDO ODERICH
Presidente da ONG
Brasil Sem Grades



“A reabilitação funciona até determinada faixa etária. Depois disso, dificilmente se recupera um criminoso. Por isso, é fundamental a educação até os cinco anos de idade, para que a criança consiga não entrar no sistema do crime. A dificuldade no aprendizado te dá pouco valor agregado e, conseqüentemente, a janela do crime passa a virar uma opção”.

LUIZ MARCELO BERGER
Mestre e PhD em Administração



“Alguns indivíduos apresentam muita dificuldade de aprender com a experiência, não sentem empatia, distorcem a realidade e sempre tenderão a delinquir. A antiga ideia da doença mental como determinante da violência exige revisão. A doença mental expõe a delitos, sim, de forma específica, podendo desencadear severos casos de violência. Mas a maior parte da violência na sociedade não é atribuível às doenças mentais”.

VIVIAN DAY
Psiquiatra forense



“A impunidade é um dos fatores que gera a criminalidade. E a impunidade pode se dar quando se deixa de punir o autor da prática criminosa ou quando se pune insuficientemente o infrator. Nosso objetivo é reforçar a consciência de que quem está errado neste contexto não é a vítima, mas o criminoso. E por isso ele merece ser punido. Não há justificativas plausíveis para que se deixe de efetuar essa punição de uma forma proporcional e que se mostre à sociedade que quem praticar atos contrários à existência dessa mesma sociedade irá receber uma punição justa e adequada”.

SÉRGIO HARRIS
Presidente da AMP/RS



“Ao organizar este II Fórum, tivemos a preocupação de analisar as diversas faces da violência, mas já tínhamos uma convicção que acabou reforçada: sim, a impunidade gera criminalidade. Entendemos que é nosso papel, também, zelar pelos direitos humanos das vítimas da violência, da sociedade civil que cumpre com seus deveres e obrigações e se vê acuada diante da ousadia cada vez maior dos criminosos, que parecem permanecer impunes. Os especialistas nos trouxeram um olhar técnico e atento aos fatores que influenciam no aumento da criminalidade, dando-nos subsídios para propormos alternativas e caminhos para a segurança pública e a Justiça no nosso País”.

MARTHA BELTRAME
Vice-presidente da AMP/RS



“O sistema progressivo de pena está falido e deve acabar. Um criminoso é condenado a 30 anos de reclusão, mas com 12 anos de prisão e bom comportamento, já pode ir para a rua. Se ele trabalhar dentro da cadeia, reduz ainda mais a sua pena em quatro anos. Ou seja, a pena de 30 anos é um engano para a sociedade, para as partes e para o réu. Isso é uma esquizofrenia, porque o sujeito está solto e preso ao mesmo tempo”.

ORLANDO FACCINI NETO
Juiz de Direito do Tribunal
do Júri de Porto Alegre



“Não é o desemprego ou a desigualdade social que causam o aumento da criminalidade. Porto Alegre, por exemplo, desfrutou, em 2013, de uma das menores taxas de desemprego do mundo, abaixo dos 3%. Pois foi justamente neste período que a curva da criminalidade mais subiu, fazendo com que a capital gaúcha figurasse entre as 50 cidades mais violentas do mundo. Hoje, Porto Alegre é duas vezes mais violenta que o Rio de Janeiro. A criminalidade só cresce pela certeza da impunidade”.

RODRIGO PIMENTEL
Consultor de segurança, ex-Capitão
do BOPE – RJ, autor dos filmes
Tropa de Elite e Tropa de Elite II

ATUAÇÃO NACIONAL

Temas legislativos mobilizam entidades do Ministério Público



O ano legislativo de 2017 chega à sua primeira metade com as mesmas tensão e intensidade verificadas nos últimos tempos. Apesar da forte crise política instalada no País, com parlamentares e membros do primeiro escalão do Poder Executivo sob investigação, o Congresso Nacional segue atuando firmemente no propósito de aprovar projetos altamente nocivos à sociedade e com impacto restritivo sobre a atuação do sistema judiciário. Entre tantos temas polêmicos, a AMP/RS, ao lado da CONAMP e de outras entidades representativas de carreiras jurídicas, acompanha de perto três assuntos em especial: a PEC 287/2016, que trata da reforma previdenciária, o abuso de autoridade e o Foro Privilegiado.

O Senado Federal aprovou, em abril, substitutivo do senador Roberto Requião ao PLS 280/2017 e ao PLS 85/2017, que tratam dos crimes de abuso de autoridade. O texto foi encaminhado à Câmara dos Deputados,

onde tramita, agora, como PL 7.596/2017. Ainda que com importantes alterações nos pontos fundamentais do projeto, especialmente nos Artigos 1º e 3º, que causavam, em suas versões originais, graves prejuízos à atuação do sistema de justiça, o texto ainda tem espaço para aprimoramentos. Embora seja a melhor versão até o momento redigida no que tange à preservação das prerrogativas dos membros do Ministério Público e da Magistratura, isso não significa que não cause prejuízo à atividade de combate à criminalidade. Caso o projeto seja aprovado também pelos deputados, será revogada a atual legislação sobre abuso de autoridade, a Lei 4.898/1965. Antes de passar no plenário do Senado, as mudanças nos dois artigos foram promovidas na CCJ, após pressão dos senadores que abraçaram os argumentos do Ministério Público e da Magistratura, entre eles os dois gaúchos presentes na CCJ, Lasier Martins e Ana Amélia Lemos.

A diretoria executiva da AMP/RS viajou regularmente a Brasília, tratando do assunto e conversando com os senadores. Lideradas pela CONAMP, as entidades representativas do Ministério Público e da Magistratura realizaram diversas reuniões com senadores e elaboraram vários pareceres jurídicos, no sentido de mostrar a necessidade de ajustar o texto em prol da sociedade brasileira. O mesmo procedimento será feito na Câmara dos Deputados, na tentativa de sensibilizar os parlamentares de que o momento não é adequado para a votação da matéria, mas se decidirem por votá-la, esta deve estabelecer a punição do abuso sem restringir a capacidade de atuação do Ministério Público e do Judiciário.

FORO PRIVILEGIADO

O Senado também aprovou a PEC 10/2013, que extingue o chamado Foro por Prerrogativa de Função (Foro Privilegiado). A proposta exclui a previsão constitu-

cional de foro por prerrogativa de função nos tribunais superiores e na Justiça Federal, para julgamento de crime comum praticado por autoridade, mas estabelece que os presidentes da República, da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal (STF) continuem sendo julgados pela Suprema Corte, mesmo em caso de infrações penais comuns.

Em casos de crime de responsabilidade, ministros de Estado, comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, membros dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União e chefes de missão diplomática de caráter permanente também continuam com foro privilegiado. Encaminhado à Câmara dos Deputados, o texto tramita como PEC 333/2017. A exemplo do que sempre ocorre em se tratando de assuntos de interesse associativo e institucional, a AMP/RS e a CONAMP seguirão atentas e atuantes no Congresso Nacional, buscando alcançar as alterações pertinentes de forma a atender às necessidades da atividade ministerial.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Já a PEC 287/2016, que trata da Reforma Previdenciária, teve seu texto-base aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados na primeira quinzena de maio. A proposta deverá ser levada à apreciação do Plenário, mas sem definição de data desde que o cenário político tornou-se ainda mais conturbado por conta das investigações desencadeadas a partir da delação dos executivos da JBS e da divulgação de áudios que mudaram a pauta do governo. Conforme acordo entre os deputados da Comissão, os pontos polêmicos serão discutidos através de emendas apresentadas já em Plenário.

ASSOCIATIVISMO

AMP/RS em linha direta com o associado

A direção da AMP/RS faz questão de manter seus associados permanentemente atualizados sobre tudo que diz respeito à classe e à instituição. Reuniões com os Núcleos do Interior, com os aposentados e com a Diretoria Ampla têm disseminado informações e ampliado o recolhimento das opiniões, pontos essenciais para balizar as iniciativas da entidade.



REUNIÕES DE DIRETORIA AMPLA

Toda primeira sexta-feira do mês, a Diretoria Ampla da AMP/RS reúne-se para discutir os temas mais relevantes para a classe. No primeiro encontro do ano, em março, foram empossados os integrantes da Diretoria Ampla para o biênio 2016-2018, com a presença do então procurador-geral de Justiça, Marcelo Dornelles.

Em abril, o grupo voltou a reunir-se para tratar do processo de eleição do procurador-geral de Justiça. No encontro de maio, o assunto predominante foi a realização do II Fórum Mais Segurança, organizado em parceria com a ONG Brasil Sem Grades como parte das ações com foco no combate à impunidade.

Em todos os encontros, a situação política do País e todas as matérias importantes relativas à atuação do MP que tramitam em Brasília, como a Reforma da Previdência e os projetos de lei do Abuso de Autoridade e do Foro Privilegiado, foram debatidas. Conforme o presidente Sérgio Harris, esses temas são o principal foco de atenção da CONAMP e das associações estaduais, que vêm trabalhando intensamente na tentativa de sensibilizar os parlamentares a acolher emendas elaboradas pela classe.

NA ESTRADA

Para estreitar o contato com os núcleos regionais da AMP/RS, a diretoria percorre o Estado conversando com a classe. Este ano, já foram abrangidas promotorias de 105 municípios em 12 núcleos.

Em março, Passo Fundo e Erechim receberam o presidente da entidade, Sérgio Harris, e os vices de Núcleo, João Ricardo Santos Tavares, e Administrativa e Financeira, Martha Beltrame. Em abril, foi a vez do núcleo do Vale do Taquari reunir-se para receber os dirigentes. Em maio, a visita foi aos núcleos da Serra e de Santa Maria, onde uma placa alusiva ao "Prêmio Ivanise Jann de Jesus – Boas Práticas – PROINFÂNCIA", criado em 2016 pelo Fórum Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e da Adolescência em homenagem à promotora Ivanise Jann de Jesus, falecida em 2015, foi repassada pelo promotor João Paulo Bittencourt Cardozo ao viúvo, Paulo Roberto Oliveira de Jesus, e à filha Maria Augusta (foto). E, em junho, os encontros foram com colegas dos Núcleos de Pelotas, Porto Alegre, Grande Porto Alegre, Costa Doce Palmeira das Missões, Missões e Cruz Alta. Na pauta estiveram a Reforma da Previdência, a Lei de Abuso de Autoridade, questões remuneratórias e a mobilização pela criação da CPI dos incentivos fiscais, entre outros.



APOSENTADOS E PENSIONISTAS ESTÃO NA PAUTA

Aposentados e pensionistas têm espaço na agenda de discussões da AMP/RS, em almoços mensais e reuniões extraordinárias para tratar de temas debatidos nos encontros de Núcleo e de Diretoria Ampla, das quais os jubilados também podem participar. Reunião em maio, convocada pelo vice-presidente de Aposentados, Antonio Carlos Paiva Hornung, falou das providências adotadas em razão da Resolução 416/2017 do IPERGS, que regulamenta o artigo 5º da Lei Complementar 14.967/2016, vedando a percepção cumulativa de aposentadorias e pensões no limite do subsídio mensal dos desembargadores do TJ/RS. O presidente Sérgio Harris informou o ajuizamento de mandado de segurança coletivo para garantir os direitos dos associados.

INSTITUCIONAL

Fabiano Dallazen assume o comando do Ministério Público gaúcho

O promotor de Justiça Fabiano Dallazen é o novo chefe do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Empossado em uma concorridíssima sessão do Órgão Especial do Colégio de Procuradores, no dia 9 de junho, seguida de jantar dançante organizado pela AMP/RS que reuniu mais de 400 pessoas nas dependências do Porto Alegre Country Club, ele terá na equipe os colegas César Luís Araújo Faccioli, como subprocurador-geral para Assuntos Jurídicos; Marcelo Dornelles, como subprocurador-geral para Assuntos Institucionais; Benhur Biancon Júnior, como subprocurador-geral para Assuntos Administrativos; e Ana Cristina Cusin Petrucci, como subprocuradora-geral de Gestão Estratégica.

Em seu discurso de posse, Dallazen enfatizou a necessidade de o Ministério Público seguir atuando com eficiência e protagonismo na resolução das demandas modernas, concentrando esforços e recursos em áreas essenciais para a sociedade. Assegurou que sua gestão terá três enfoques prioritários: combate à corrupção, a luta pela garantia das liberdades públicas, e a redução da criminalidade violenta e organizada. “Além do enfrentamento à criminalidade, precisamos fortalecer nossas articula-



ções com as demais instituições, aprofundando planos de cooperação institucionais, somando as inteligências corporativas, sem disputa de protagonismo institucional. A ideia é de compartilhamento das responsabilidades, de atuação integrada e de resolutividade”, disse Fabiano Dallazen.

EMOÇÃO NA DESPEDIDA

Antes dele, o antecessor, Marcelo Dornelles, disse em seu discurso de despedida que se sentia honrado por ter sido o primeiro promotor de Justiça do Estado a

comandar a Instituição. Lembrou que assumiu o comando do MP gaúcho num momento delicado, de grave crise financeira do Estado e de desmoralização política, ética e institucional no Brasil. Criticou os contornos dos projetos de reforma previdenciária e trabalhista e de mudanças na lei do abuso de autoridade, dirigida a membros do MP e do Judiciário. Como legado, apontou ações de planejamento estratégico adotadas pelo MP gaúcho, bem como uma série de mudanças internas para tornar a atuação mais efetiva e resolutiva em temas de grande impacto social.

“Além de enfrentar a criminalidade, precisamos fortalecer nossas articulações com as demais instituições, aprofundando planos de cooperação institucionais, somando as inteligências corporativas sem disputa de protagonismo.”



Jantar dançante reúne centenas de convidados

O jantar festivo que homenageou o novo chefe do Ministério Público foi realizado no Porto Alegre Country Club, sob os cuidados da AMP/RS. Desde março, antes mesmo de serem conhecidos os candidatos ao cargo, a entidade já se articulava para a preparação. Elaborado com requinte pela equipe do chef Rafael Jacobi Gastronomia, o saboroso cardápio foi um dos destaques da noite no espaço elegantemente decorado e com ambientação musical do DJ Helinho, o evento foi um sucesso absoluto, que só terminou pouco antes do amanhecer. Confira aqui algumas imagens da festa.



Nomeação respeitou escolha majoritária do colégio eleitoral

A indicação de Fabiano Dallazen para o cargo de procurador-geral de Justiça para o biênio 2017-2019, anunciada pelo governador José Ivo Sartori 24 horas após receber a lista tríplice, consagrou um dos maiores valores defendidos pelas associações de classe do Ministério Público. Em 20 de maio, o promotor fora eleito com 70,9% dos votos dos colegas, em um dos pleitos de maior participação já registrados. Dallazen somou 582 votos, superando o também promotor Fernando César Sgarbossa (166 votos) e o procurador de Justiça Luiz Henrique Lima Faria Corrêa (73 votos), este último tendo participado apenas como membro não recusante, para fins de formação da lista tríplice.

A campanha, realizada em elevado nível, teve as regras do apoio logístico da Associação do Ministério Público definidas em encontro realizado na sede da entidade. O presidente, Sérgio Harris, conduziu o único debate entre Dallazen e Sgarbossa, realizado no dia 10 de maio e transmitido pela intranet do Ministério Público. Na oportunidade, o dirigente agradeceu aos colegas de diretoria pelo suporte e cumprimentou os candidatos pela disposição em concorrer à chefia institucional.

ENTREVISTA

Atenção à sociedade e combate à criminalidade terão foco especial na gestão de Fabiano Dallazen



Eleito com 70,9% dos votos em um pleito que alcançou 97% de participação dos membros ativos do Ministério Público gaúcho, o promotor de Justiça Fabiano Dallazen teve seu nome anunciado como novo chefe da Instituição cerca de 24 horas após a entrega da lista tríplice ao governador do Estado. Nesta entrevista, concedida poucos dias antes de ser empossado procurador-geral de Justiça, Dallazen sinaliza respeito à tradição e à história institucional, calcadas na eficiência e no protagonismo no atendimento às demandas sociais. Para enfrentar a criminalidade, um dos pontos considerados mais importantes de sua gestão, pretende reforçar as ações de articulação e integração com os demais órgãos de segurança, além de cobrar do Estado investimentos proporcionais à necessidade do tema.

Réplica – Após 19 anos de experiência no MP/RS, que medidas o senhor pretende adotar, como procurador-geral de Justiça, para melhorar a atuação do órgão?

Fabiano Dallazen – A qualificação permanente e o aprimoramento de nossas estruturas de planejamento e gestão, tendo em vista o crescimento das demandas sociais que chegam ao Ministério Público sem o proporcional incremento na receita disponível para investimentos públicos num Rio Grande com suas finanças combalidas.

Réplica – Em que temas o senhor pretende balizar a gestão que se inicia?

Dallazen – A legitimidade social do Ministério Público decorre da eficiência e do protagonismo no atendimento às demandas sociais modernas, dos resultados alcançados pelo trabalho dos membros em prol dos objetivos da sociedade. Por isso, aproximar o Ministério Público das demandas sociais será prioridade, concentrando esforços e recursos em áreas de grande impacto social como a segurança pública, a saúde, a educação, a sustentabilidade e a proteção social, sempre de forma organizada e estratégica com foco na resolução extrajudicial e preventiva.

Réplica – Quais áreas, em sua opinião, merecem atenção especial do Ministério Público?

Dallazen – A redução da criminalidade violenta e da criminalidade organizada, o combate à corrupção e a improbidade serão pauta prioritária, diária, sempre presente em toda a sua extensão, para o Ministério Público gaúcho. Nos dias atuais, pelo que se nota nos cenários nacional e gaúcho, além do enfrentamento cotidiano à criminalidade, já realizado na atuação dos promotores e procuradores de Justiça, iremos reforçar nossas ações de articulação e integração com os demais órgãos de segurança, cobrar o investimento proporcional à preocupação social, enfim, cumprir o que diz o artigo 144 da Constituição Federal: *segurança pública é dever do Estado, mas responsabilidade de todos.*

Réplica – O trabalho desenvolvido pelo MP em todo o Brasil tem sido fundamental no combate à corrupção e à criminalidade. Como manter essa força e enfrentar os movimentos que visam a enfraquecer a Instituição?

Dallazen – Nesta quadra da história, para prepararmos o futuro e legarmos um Ministério Público forte e atuante às gerações posteriores, necessitamos de coesão, atuação proativa e resposta célere e resolutiva às pressões advindas da sociedade.

Réplica – Como pretende ver reconhecida a sua gestão ao final de seu mandato?

Dallazen – Nossos antecessores nos deixaram uma Instituição respeitada, com assento constitucional, postada ao lado dos Poderes da República, dotada de autonomia e independência. Que seja reconhecida como uma gestão digna dessa herança, que soube identificar e reviver os valores que nos fizeram dignos do respeito da Nação.

ENTREVISTA

Marcelo Dornelles priorizou a atividade-fim e a desburocratização do Ministério Público

Após dois anos de mandato à frente do Ministério Público do Rio Grande do Sul, o primeiro promotor de Justiça a ocupar o cargo entrega o posto ao seu sucessor com uma sensação de missão cumprida. Marcelo Lemos Dornelles, que na gestão 2017-2019 volta à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, avalia que o período de grave crise financeira no Estado exigiu medidas austeras e criteriosas. Nesta entrevista, o ex-procurador-geral de Justiça gaúcho conta que apostou na valorização da atividade-fim do Ministério Público e na desburocratização institucional para dar mais agilidade ao órgão, além de ter procurado consolidar na classe, nos outros Poderes e na sociedade a confiança quanto à condução da Chefia do Ministério Público por um promotor.



Réplica - Como o senhor avalia seu mandato? Quais avanços e dificuldades foram as mais marcantes?

Marcelo Lemos Dornelles - Saio satisfeito pelo trabalho que conseguimos realizar em um quadro de tantas dificuldades. As manifestações que tenho recebido, de membros e servidores, bem como de pessoas de outras Instituições e Poderes, nos conduzem a isso. Em todos os ambientes as ponderações convergem, no sentido de que enfrentamos em meu mandato uma das piores crises financeiras da história recente e, apesar disso, conseguimos passar esse período de intensa turbulência praticamente intactos.

Réplica - Ao assumir, o senhor referiu a necessidade de racionalizar a atuação dos membros do MP, diminuindo a burocracia, com fim ao melhor atendimento à sociedade. Houve avanços?

Dornelles - Tenho dito, inclusive perante o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho de Procuradores-Gerais de Justiça, mas especialmente nas esferas internas, que a Instituição, em nível nacional e aqui especialmente, se burocratizou demais, em virtude das formas ultrapassadas de controle interno. Os membros se obrigam a priorizar as formalidades, os prazos, as inspeções periódicas em outras instituições, fazendo com que sobre pouco tempo para as questões essenciais de interesse da sociedade. Essa impressão que sempre tive concretizou-se a partir das reuniões da revisão do planejamento estratégico. Isso nos deu condições para propormos avanços na priorização da atividade-fim e na desburocratização. Os avanços foram significativos. Fizemos recomendações de priorização e mudança de paradigma nas atividades Cível, Ambiental, na área de Saúde, na Infância e na Juventude, na atuação do Conselho Superior do Ministério Público, e fizemos uma interlocução com a Corregedoria-Geral que resultou na modificação da forma das inspeções, que passam a ser voltadas mais para a cobran-

ça e valorização do conteúdo das manifestações e para a atividade extrajudicial.

Réplica - Qual o maior desafio enfrentado ao longo dos últimos dois anos?

Dornelles - O maior desafio foi, sem dúvida, a crise financeira. Passamos por momentos dramáticos, muitas vezes sem a certeza de que conseguiríamos honrar nossos compromissos mais relevantes como chefe e gestor, que são o pagamento em dia dos subsídios dos membros, salários de servidores e do 13º salário. A crise financeira do Estado é real e ela tem se aproximado de nossa Instituição. Fizemos cortes gerais de despesas e fomos seletivos nas nomeações. Muitas vezes pedi apoio e orientação aos ex-procuradores-gerais de Justiça, ativos e inativos, que nunca me faltaram com sua colaboração.

Réplica - Qual marca acredita ter sido deixada como herança de sua gestão?

Dornelles - Procurei sedimentar a confiança na classe, nos outros Poderes e na sociedade em geral, na segurança da condução da chefia do Ministério Público por um promotor de Justiça. Não é uma última promoção na carreira, que para a grande maioria dos promotores nunca virá, inclusive para mim, que faz essa diferença. O preparo está na liderança, na postura, no conhecimento de todos os membros, na confiança adquirida, na busca de soluções e na coragem de enfrentar problemas internos e externos. E destaque, também, as mudanças na forma e métodos de trabalho, que passaram a permitir maior eficiência na atividade-fim. Divido todas as nossas conquistas com os colegas que trabalharam comigo na assessoria da Administração Superior.

ARTIGO

Uno e indivisível

CLÁUDIO BRITO

PROMOTOR DE JUSTIÇA APOSENTADO E JORNALISTA

Lembro-me ainda de quando ouvi pela primeira vez a referência aos princípios da unidade e indivisibilidade do Ministério Público. Foi em Tapes, em uma sessão do Júri. Era meu saudoso pai, advogado, em saudação ao inesquecível Promotor Ruy Luiz Burin, durante julgamento que ocorria no salão do Clube Aliança, que servia de plenário ao tribunal popular. Reconhecer os princípios institucionais era motivo de homenagem à Promotoria. Estudante, fui aos livros para

alcançar. O velho Brito encaminhou-me às lições de Roberto Lyra. Todos somos um! Era a lição.

Pois estamos vivendo um tempo que poderá ensejar, como em raras vezes ocorreu, a experiência, a prática e o firme propósito de sermos, verdadeiramente, “unos e indivisíveis”. O resultado do pleito para formação da lista tríplice, com indicação de candidatos à Procuradoria-Geral, demonstrou o pensamento dirigido a construirmos uma instituição

monolítica e por isso inquebrantável. Nenhum governador ou seria desrespeitar a maioria inquestionável. Creiam, o Ministério Público saiu fortalecido desse episódio. Está muito claro que nossos colegas votaram conscientemente, com a ideia de não oferecer a imagem de uma família dividida. Ao revés, ficou suficientemente claro que todos somos um, como o velho Lyra sustentou, décadas atrás.

Isso inclui, por primeiro, os que completaram a lista leva-

da ao Piratini para a nomeação. A eleição não desmanchou os ideais de todos nós, que sabemos atuar pelo fortalecimento e amplitude das prerrogativas do Ministério Público, todas elas voltadas ao pleno e democrático exercício da representação dos interesses da sociedade. Quando digo todos, não se trata de metáfora. Podem crer, os aposentados, como eu, estamos aí, para o que der e vier, em unidade indiscutível e sem qualquer fragmentação.

TELEFONIA

Gestão da AMP/RS garante economia aos associados

Com a adoção de uma eficiente gestão do convênio de telefonia móvel mantido entre a Associação do Ministério Público (AMP/RS) e a operadora Vivo, os associados foram beneficiados com a conquista de uma importante redução nos custos das suas linhas telefônicas nos últimos dois anos. Sistemáticamente, a Associação tem orientado tecnicamente seus associados na busca pelo uso inteligente dos pacotes contratados, visando ao melhor aproveitamento dos benefícios nas contas individuais. O esforço levou a uma redução do custo médio por linha de 38% de janeiro de 2015 a dezembro de 2016.

Em 2015, os conveniados já perceberam uma sensível diminuição no valor da conta, graças à mudança promovida na contratação dos planos, como no caso de torpedos, em que muitos associados pagavam valores

mais altos para enviar mensagens avulsas. Após contratar o pacote de torpedos, os custos tiveram importante redução. O mesmo se deu com planos de internet. O resultado destas medidas foi significativo: enquanto o número de ligações locais diminuiu 2,3%, a fatura média reduziu 19%.

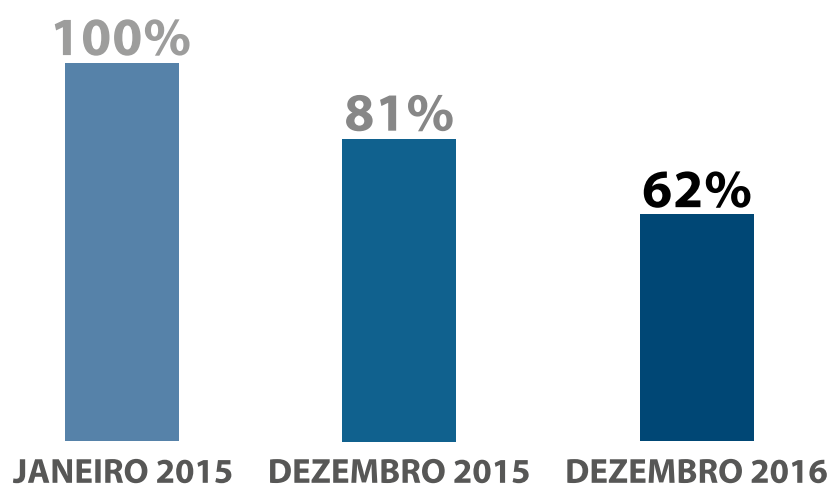
Já no ano passado, quando 47% dos associados foram contactados pelos colaboradores da AMP/RS para analisar o perfil de uso das linhas e prospectar a melhor alternativa de plano, 30% deles decidiram alterar seus contratos, objetivando melhor uso e maior economia. Além disso, a AMP/RS negociou com a operadora a diminuição do valor pago pelo minuto de ligação e a inclusão da tarifa zero para ligações entre todos os associados conveniados. Nesse período, de janeiro a dezembro de 2016, houve aumento de 2,9% no volume de mi-

nutos locais utilizados, enquanto o preço médio individual da fatura seguiu em queda e foi reduzido em 23%.

Segundo o presidente da AMP/RS, Sérgio Hiane Harris, todos os movimentos da entidade são no sentido de alcançar a prestação de serviços com exce-

lência para os seus associados. “O gerenciamento das contas telefônicas é mais um dos exemplos dentro deste pacote de esforços e traduziu-se em economia para os associados que, com a devida orientação, tiveram a oportunidade de otimizar o uso das suas linhas”, disse o dirigente.

Redução de custo percentual do valor médio por linha



PERSONAGEM

Após 30 anos em Soledade, Vercilei Serena assume Promotoria em Caxias do Sul

Já são 35 anos como promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Desse, mais de 30 anos atuando na Comarca de Soledade. Foram centenas de Júris. E milhares de amigos conquistados. Promovido por merecimento para Caxias do Sul, onde assumiu no último dia 16 de junho, Vercilei Lino Serena foi surpreendido durante as férias por uma homenagem comovente prestada pela AMP/RS, por colegas de Instituição, servidores da Promotoria, órgãos e entidades ligadas ao sistema de Justiça, organizada em dois momentos, na Promotoria e em um espaço da Associação da Família Forense de Soledade.

Da AMP/RS, ele recebeu uma placa em agradecimento pela dedicação e pelo comprometimento com o papel de membro do Ministério Público. Além do presidente da entidade, Sérgio Harris, e do vice João Ricardo Tavares, participaram do evento os colegas de Soledade Tânia Maria Hendges Bitencourt e Bil Jerônimo Scherer, o então subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Fabiano Dallazen, já eleito pela classe e anunciado pelo governador como futuro chefe da Instituição, e os promotores Camila Santos da Cunha, Mari Oni Santos da Silva, Adria-

na Costa e Júlio César de Melo, todos com atuação na Promotoria, ao lado do homenageado.

Vercilei é uma figura singular no meio jurídico. Tanto que, dele, não se ouve queixas sequer de condenados por sua atuação. Ao contrário. O promotor é saudado por onde passa, contam membros da Defensoria Pública local, com o endosso de advogados, juízes, prefeitos e integrantes da Brigada Militar e da Polícia Civil. Na cidade, sobram contos pitorescos protagonizados por ele. Primeiro a chegar à Promotoria, Vercilei já dá início ao seu ritual diário: acende um incenso e faz uma oração em sua sala, onde exibe na parede um quadro com a imagem de São José. “Para começar bem o dia, todos os funcionários e colegas da Promotoria chegam e logo vão cumprimentá-lo. Ele é ótimo no relacionamento e no gerenciamento de pessoas. Sempre procura ver o lado bom de tudo e aponta os melhores caminhos a quem busca seu auxílio”, diz Angelita Schaffer Piovesan, assessora jurídica da Promotoria de Justiça de Soledade desde 2003.

AGRADECIMENTO

Natural de Sobradinho, Vercilei Serena já havia trabalhado



em Soledade antes de ingressar no Ministério Público, à época como delegado de polícia. Sua primeira comarca como promotor de Justiça foi Campo Novo, em 1982. De lá, passou por Arvorezinha e Frederico Westphalen. Até que em 1º de agosto de 1986 chegou a Soledade. “Desde então, minha relação com a cidade se fortaleceu ainda mais. Tanto que sempre optei por permanecer aqui. Em 1997, tive a honra de ser agraciado com o título de Cidadão Soledadense, um grande orgulho para mim”, contou Vercilei, com a voz embargada, minutos antes de receber a homenagem dos amigos em sua despedida da cidade.

Vercilei guarda com carinho a alegria de ter compartilhado a Promotoria de Justiça de Soledade com dezenas de colegas que por ali passaram enquanto ele

lá permaneceu. E também recorda casos rumorosos. O mais marcante, segundo ele, aconteceu em 7 de julho de 2001, na Fazenda Santo Augusto, no interior do município.

No final daquela tarde de sábado, o comerciante Augusto Ricardo Ghion, sua mulher, Liama-ra, e a sobrinha adolescente Ana Marina Cavalli, além do casal Olmiro Adelar e Nice Graeff e do filho Alexandre, de 16 anos, foram vítimas de uma chacina. A filha do comerciante, Joana Cavalli Ghion, à época com 13 anos, foi atingida por dois disparos, mas conseguiu sobreviver. “Pelo número de vítimas, seis fatais e uma tentativa de homicídio, foi o mais forte em que já atuei”, conta Vercilei. Embora tenha trabalhado ao longo de todo o processo, ele não participou do júri realizado em 2014 que condenou o pecuarista Mairol Batista da Silva a 118 anos de prisão como mandante do crime. O autor, Márcio Camargo, morreu em agosto de 2003, em um tiroteio, um mês após ter escapado do Presídio Estadual de Soledade.

Agora, em Caxias do Sul, Vercilei experimenta um ambiente já muito conhecido, porém com proporções muito maiores. Na 4ª Promotoria do Tribunal do Júri, um dos maiores desafios é suportar a distância de Soledade, onde já garantiu que voltará para morar quando se aposentar.



AGENDA DE GÊNERO

Conexão Mulher promove e amplia espaços para o empoderamento feminino



A ideia nasceu de um grupo de mulheres que queriam estreitar os laços para a troca de experiências e ideias. A vice-presidente da AMP/RS Martha Beltrame conta que sempre admirou a maneira assídua como os homens cultivam suas amizades, com encontros, prática de esportes, reuniões em torno da churrasqueira. “Por que nós, mulheres, não fazemos o mesmo? Nossa vida é tão corrida, damos conta de tantas responsabilidades, por que não arranjar um tempo para nós mesmas, aproveitando a companhia umas das outras para atualizar

nossas ideias e conceitos, trocar experiências, falar da vida, do trabalho, do espaço que ocupamos no mundo?”, questiona Martha.

Março, o Mês das Mulheres, foi o momento adequado para levar a ideia adiante. Batizado de Conexão Mulher AMP/RS, o projeto foi criado com a pretensão de promover encontros e conexões das vozes das mulheres que compõem o Ministério Público e a AMP/RS.

Para começar, marcando o Dia Internacional da Mulher, todas as colaboradoras da Associação foram recebidas para um café

da manhã que proporcionou momentos de descontração e de estreitamento de laços. Também em março, foi lançado o Grupo de Vôlei Feminino, na sede campestre da entidade, que passou a reunir associadas para a prática esportiva aos sábados (veja matéria na contracapa). Outra atividade marcada pelo feminino foi o Encontro Literário, com a participação da escritora Alexandra Lopes da Cunha, que teve alguns de seus textos interpretados pela Diretora Cultural, Angela Caren Dal Pos. Além do diálogo sobre literatura, um momento musical: a

vice-presidente social, Andréa de Almeida Machado, interpretou, em um piano elétrico, clássicos de Rachmaninoff, Chopin, Anton Rubinstein e Tchaikowsky. Por fim, um Happy Hour especial reuniu, no PPKB Kitchen & Bar, dezenas de associadas da AMP/RS, comprovando que basta ter a oportunidade para que as mulheres se mobilizem para estar juntas.

O Conexão Mulher continuará promovendo momentos de aproximação entre as associadas. A regularidade dependerá da disponibilidade da maioria das interessadas, com eventos de diferentes formatos, sempre por adesão. “Queremos ouvir opiniões das colegas que compareceram às primeiras atividades e de outras que tenham interesse em participar para definir o perfil e o formato dos próximos eventos. O importante é que o Conexão Mulher AMP/RS continuará sendo um espaço de muita conversa, convivência e encontro social e profissional no âmbito do Ministério Público. Nosso empoderamento é primordial para acabar com a desigualdade de gênero”, finaliza a vice-presidente da AMP/RS.

INOVAÇÃO

Site da AMP/RS ganha novo layout e facilidades

Com a finalidade de aperfeiçoar a comunicação da AMP/RS, aproximando-se ainda mais dos associados, a entidade está trabalhando na criação de novas ferramentas para facilitar o acesso às notícias, campanhas, eventos e projetos. A mais recente iniciativa, que foi lançada em 29 de junho, Dia Estadual do Ministério Público, é o novo layout do site. Moderna, amigável e interativa, a página foi planejada e concebida para tornar a experiência dos internautas mais agradável e simples.

A prioridade continua sendo o compartilhamento de informações e notícias. Já na capa, diversas matérias, produzidas diariamente pelo setor de Comunicação da entidade, podem ser visualizadas e conferidas a partir de apenas um “clique”. Mas os serviços oferecidos ganharam mais destaque ao serem reposicionados no topo do site, permitindo acesso fácil e rápido às áreas de interesse do visitante, como Convênios, Telefonia, Reservas e outros. Explore as novidades e aproveite as facilidades.

Outra novidade implantada em 2017 é o Sistema de Enquetes, um canal virtual cuja finalidade é buscar conhecer a opinião dos colegas sobre temas relevantes para a classe. As consultas já realizadas podem ser conferidas na aba de Serviços. Já as enquetes ativas estarão sempre em destaque na capa do site, facilitando a sua visualização e acesso.

Para participar, é preciso informar login e senha. Caso não saiba seu login ou senha, é possível redirecioná-los seguindo as instruções que

aparecerão na tela. Após informar e-mail e CPF, o usuário poderá criar uma nova senha. As opiniões serão registradas sem identificação, preservando o sigilo e o anonimato. O associado também poderá contribuir com comentários.

Participe e manifeste sua opinião nas enquetes. A ferramenta oferece maior fidelidade e representatividade à Associação quando a entidade precisa se posicionar, interna ou externamente, diante de diferentes temas ligados à carreira.

CRÔNICA

Assassinatos

MÁRIO CAVALHEIRO LISBÔA | PROCURADOR DE JUSTIÇA APOSENTADO

O Olimpo passava por um período de tranquilidade como nunca. Os deuses caminhavam pelos impecáveis gramados e alimentavam-se com frutos, leite e mel. E, por vezes, participavam de alguma festa, sempre comandada por Dionísio, que era o deus da farra e do vinho. Havia serenidade em todos os recantos. Mas eis que Hera, a rainha do Olimpo, esposa de Zeus, desconfiou que seu marido a estava traindo com Afrodite. Fazia sentido. Zeus era o deus mais poderoso do Olimpo ao passo que Afrodite era a mulher mais bonita. Poder e beleza se atraem em qualquer ponto do universo. Hera ficou furiosa. E não precisava muita coisa para Hera perder a tranquilidade. Na verdade, ela era ciumenta e vingativa com qualquer mulher que se insinuasse para seu marido. E tinha crises de mau humor que duravam centenas de anos. Afrodite? Como eu não havia pensado nisso antes? - interrogou-se Hera. Aqueles olhares furtivos entre eles, aquela preocupação exagerada dela para com o Zeus. Zeus para cá, Zeus para lá, como está seu joelho? Ora, um deus que vive desde o início da eternidade fatalmente terá problema nos joelhos. Mas isso era apenas uma desculpa para tocar nas pernas dele. Já melhorou? Já melhorou? E ficava apalpando, apalpando. Ah, como eu sou burra. Uma rainha deveria ser mais esperta, mais atilada. Tenho riqueza, tenho poder, tenho uma gama de damas de companhia, sou alvo de bajulação de todos, mas não tenho tudo; não mantenho a paz matrimonial. E mais: pelo que eu saiba, fui a última a perceber essa sem-vergonhice. Atualmente devo ser objeto de chacota em todo o Olimpo.

Hera queria porque queria vingar-se de Afrodite, ah, ela vai ver uma coisa. Determinada, resoluta, Hera encurralou Afrodite num dos corredores do palácio e foi em sua direção. Após proferir as primeiras palavras insultuosas, algo de inu-

sitado aconteceu à rainha. Ela ficou paralisada. Por mais que se esforçasse, não conseguia se mexer e muito menos falar. Ocorre que Afrodite defendia-se com sua beleza. Quem de alguma forma desejava lhe atingir, poderia ser acometido por uma ofuscação mental causado por sua formosura. Mas deixa estar que, além de bela, Afrodite por vezes gostava de ser irônica e debochada. Ao perceber a paralisia de Hera, aproximou-se dela e, com muita calma, demonstrando superioridade, passou a mão no rosto da rainha. Coitadinha, disse ainda. Depois foi embora, com um leve sorriso nos lábios. Com muita dificuldade, Hera conseguiu arrastar-se até uma cadeira e ali ficou sentada, tentando normalizar a respiração. Somente uma hora depois, conseguiu sair da letargia. Mas o ataque de paralisia causou-lhe uma modificação genética: ficou para o resto da vida com a síndrome do mau gosto. Passou a detestar a beleza, a formosura, o esmero, a graça, a elegância, a discrição, a fineza e todas as manifestações assemelhadas. Abaixo o bom gosto, esbravejava Hera pelos corredores de seu palácio. Impossibilitada de investir contra Afrodite, Hera direcionou sua ira contra a humanidade. Designou sua servente Iris, que era a deusa do arco-iris, para infernizar a vida na terra, dificultar de todas as formas o cultivo do bom gosto. Dê um jeito nisso, disse-lhe Hera. Faça dessa missão o objetivo principal de sua vida.

Obediente e submissa, Iris, que até então vinha tratando apenas dos espectros dos raios solares, infravermelho, ultravioleta e outras radiações eletromagnéticas, atirou-se de corpo e alma em sua nova empreitada. Com ascendência espiritual sobre os seres humanos, ela aos poucos foi inoculando mau gosto na subjetividade das pessoas. Seu primeiro alvo foi a pintura. Nada de Van Gogh, Renoir ou Monet. Não. Nada disso. De agora em

diante, as pinturas predominantes passariam a ser estilo Mondrian, Marden e assemelhados. Riscos, traços e só isso. Oh, uma linha reta, disseram os especialistas. Como não se tinha pensado nisso antes? Vejam a subjetividade, a sutileza e a mensagem de uma linha reta. E Iris conseguiu fazer com que a humanidade achasse esse tipo de pintura a coisa mais bonita do mundo. Ao ver um simples risco ser aceito como pintura, Iris riu. Percebeu que estava se saindo bem em sua missão. E a poesia? De forma muito solerte, Iris conseguiu incutir na humanidade o conceito de que aqueles poemas rimados e harmônicos eram coisa do passado. Bom agora passaram a ser poemas com versos livres, essencialmente herméticos, que não são entendidos por ninguém. Isso sim é que leva as pessoas a ganhar prêmios literários e espaços na imprensa. Com manobras sutis, Iris passou a ter muita influência em toda a mídia. Na moda, Iris também se saiu muito bem. Destruíu quase tudo o que havia. Liberou geral. A ponto de muitas pessoas passarem a se vestir com calças jeans rasgadas e, sem constrangimento algum, andar assim pelas ruas. E os homens passar a usar sapatos bico fino e pontudos, semelhantes aos de palhaço de circo. Na arquitetura, seu feito foi louvável. Nada de prédios bem ornamentados, com colunas e coisa e tal. O bonito passou a ser prédios-caixa, às vezes até sem telhado. Mas seu maior feito foi na música. Iris sabotou o que pode Mozart, Bach e Beethoven. São uns velhos gagás, dizia aos humanos. E fez com que as pessoas passassem a venerar, a adorar, a gritar de alegria com o som estridente e o barulho do bate-estaca.

Voltando ao Olimpo, Iris foi muito bem recebida pela rainha Hera. Esta lhe prestou inúmeras homenagens por Iris haver praticado, em toda a humanidade, o assassinato do bom gosto.

ESPAÇO RENOVADO

Tênis, vôlei e atividades recreativas conquistam espaço na sede campestre

A revitalização pela qual passou recentemente o Ginásio Poliesportivo da AMP/RS, na sede campestre da entidade, abriu um leque de novas possibilidades de uso para o espaço. Com a recuperação do telhado, novos vestiários, iluminação melhorada e a instalação de piso moderno, a quadra poliesportiva passou a ser utilizada com mais frequência pelos associados. E este era, mesmo, o objetivo da diretoria da entidade quando decidiu investir no projeto de reforma, que também abrangeu renovação da fachada e ajardinamento, além das redes elétrica, hidráulica e de esgoto.

“Nossa intenção era proporcionar um espaço que atraísse não apenas os atletas de futebol, mas também as mulheres e as crianças. E queríamos mais ainda: que a quadra pudesse ser utilizada inclusive nos dias chuvosos”, explica o presidente da entidade, Sérgio Harris. E, de fato, é o que está acontecendo. A primeira atividade não esportiva que aconteceu na quadra coberta foi o Dia das Mães, que reuniu várias gerações para um encontro emocionante e protegido do mau tempo.



Quem também está vibrando com o novo espaço é a assessora da diretoria de Esportes da AMP/RS, Daniela Fistarol. Ela comemora o sucesso que as partidas de vôlei estão fazendo entre as colegas associadas: “Percebíamos que o futebol agregava os homens e os tornava mais unidos. O esporte também tem esta função de aproximar as pessoas. Mas as mulheres não tinham um espaço para isso. Então, com a reforma, tivemos condição de criar

um grupo de vôlei mais assíduo e, agora, a cada final de semana, temos uma nova atleta se apresentando em quadra”. Todo o primeiro sábado do mês, às 10h, o grupo de jogadoras de vôlei tem a quadra poliesportiva garantida para elas. Nos demais sábados do mês, a cena se repete às 15h. “Já somos cerca de 20 mulheres. Por enquanto, só estamos batendo bola para nos divertir e nos entrosar, mas a ideia é, num breve futuro, termos um treinador que nos prepare

para competir em nome do Ministério Público”, revela Daniela.

Os atletas do tênis também estão bastante satisfeitos. Agora, faça chuva ou faça sol, não há desculpas para não sair aquela partida de tênis na quadra coberta. O assessor de tênis da diretoria de Esportes, André Luis Dal Molin Flores, conta que a quadra coberta era uma reivindicação antiga dos atletas: “Além da reforma estrutural que foi feita nos prédios da sede, a instalação de piso adequado para a prática de tênis e a cobertura da quadra fizeram com que as atividades se intensificassem no ginásio. Antes, tínhamos que usar as quadras do Clube Farrapos para disputar torneios, mas agora, fazemos isso aqui, na nossa própria sede”. Ele cita, ainda, alguns jogos da Liga de Integração de Tênis, disputada entre os atletas da Ajuris, Asdep, Adpergs e AMP/RS, que passaram a acontecer na sede campestre.

Além de usufruir do espaço para atividades esportivas, os associados podem locar o ginásio para realização de festas infantis. Os interessados em utilizar a quadra poliesportiva devem agendar a sua reserva pelo telefone (51) 3254-5300, com Suelen ou Vanessa.

